

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PERSPECTIVAS DE NOVOS ESTUDOS DAS ABORDAGENS

Data de aceite: 02/10/2023

Jacira Alves Costa

Graduação em licenciatura plena em pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2014). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Sociais Interamericana - FICS.

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará – PPGEU/UFPA.

RESUMO: A educação inclusiva é um dos temas mais abordados na atualidade, sendo este analisado e comentado por diversos estudiosos. Nesse sentido o artigo vem trazer a tona a discussão a respeito da real situação da educação inclusiva, suas perspectivas e processos normativos. Trazendo como objetivo geral, Analisar os desafios e as práticas pedagógicas relacionadas à educação inclusiva no atual cenário educativo, com o intuito de identificar estratégias que promovam a inclusão efetiva de todos os alunos no ambiente escolar. Sendo formulado através de pesquisa bibliográfica com ênfase em análise qualitativa investigando diversas literaturas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Perspectiva. Novas abordagens

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é recheada de paradigmas que por diversas vezes torna-se um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra, prejudicando a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo com necessidades educacionais. O sucesso dessa inclusão escolar depende em grande parte do trabalho pedagógico do professor, por isso a importância da qualificação para suprir as necessidades diferenciadas de seus alunos, oferecendo situações de ensino aprendizagem de qualidade e satisfatória a todos de forma igualitária,

A educação inclusiva é recheada de paradigmas que por diversas vezes torna-se um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra, prejudicando a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo com necessidades educacionais. O sucesso dessa inclusão escolar depende em grande parte do trabalho pedagógico do professor, por isso a importância da qualificação para suprir as necessidades

diferenciadas de seus alunos, oferecendo situações de ensino aprendizagem de qualidade e satisfatória a todos de forma igualitária, nessa perspectiva MENDES, 2004 afirma que é necessário uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227).

Nesse sentido, o artigo vem fazer uma abordagem acerca da de uma discussão muito aparente sobre tudo de como a educação inclusiva é trata no atual cenário educativo.

Tal pesquisa traz como objetivo geral. Analisar os desafios e as práticas pedagógicas relacionadas à educação inclusiva no atual cenário educativo, com o intuito de identificar estratégias que promovam a inclusão efetiva de todos os alunos no ambiente escolar.

Como objetivos específicos:

Identificar os desafios enfrentados por professores e gestores escolares na implementação de práticas inclusivas.

Analisar as estratégias pedagógicas utilizadas para atender às necessidades de alunos com deficiência e/ou outras condições que demandem inclusão no ambiente escolar.

Explorar as percepções de estudantes, professores e famílias sobre a efetividade das práticas de inclusão escolar.

Na pesquisa bibliográfica, permite o aprofundamento em teorias, conceitos e estudos já existentes, oferecendo embasamento para a construção de novos conhecimentos. Proporciona uma visão geral e crítica sobre o tema, fundamentando a relevância e os objetivos da pesquisa, portanto, não é apenas um passo inicial, mas uma prática contínua ao longo de todo o desenvolvimento da investigação.

Nesse sentido o estudo vem trazer oportunidade documental para se entender diversos aspectos sobre a ludicidade na educação especial, tornando oportuno ler e se compreender as teorias e conceitos colocados pelos autores, para ter acesso a informações que são de suma importância para o crescimento profissional e educativo de qualquer sujeito.

DESENVOLVIMENTO

Embora a educação especial ainda não esteja nos padrões das leis, mas já se pode notar um avanço considerado grande à população e sociedade e para que ela alcance seu nível máximo ou se aproxime dele não devemos nos contentar com o que já conseguimos desse modo tem- se como pergunta de pesquisa “O que é educação especial e inclusiva? Elas de fato acontecem ou está sendo apenas mais uma obra compensatória para cego ver? Os - professores são capacitados na área da educação especial e inclusiva?”

Este trabalho tem a intenção de colaborar no avanço dos estudos da Educação Especial e Inclusiva na Escola Nossa Senhora de Nazaré Cametá -PA, assim como a

adaptação da mesma para receber os alunos com problemas de locomoção, uma vez que o acesso e interação fazem parte do processo de socialização e inclusão do conhecimento.

Mazzota (1996) define a Educação como:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das outras crianças e jovens (Mazzotta, 1996, p. 11).

A educação inclusiva constitui os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e defende que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular. Em 1994, a Declaração de Salamanca, documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, Espanha promovida pela UNESCO proclamou que as escolas regulares tem como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. (Brasil, 2006, P. 330).

Sassaki (1998) define a Educação Inclusiva como:

Processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligência, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou pessoais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de proporcionar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (Sassaki, 1998, p. 8).

Portanto devemos observar que há uma grande discussão sobre a educação dos alunos com necessidades especiais e que assim como as outras crianças, os especiais também são capazes de superar as barreiras das próprias limitações. Existe a necessidade da redefinição dos modelos das práticas pedagógicas e que a uniformidade destas práticas sirva para orientar um bom aprendizado para estes alunos. A formação de professores para atuar na educação especial e inclusiva é de suma importância, pois os desafios encontrados pelos docentes que trabalham com deficientes apresentam-se das mais variadas formas e contextos para que nova educação aberta às diferenças possa abranger a todos os indivíduos que se encaixam nessa categoria de ensino de forma que diminua as barreiras encontradas devido a sua condição de saúde.

Nesse processo de inclusão é indispensável a compreensão das dificuldades que o educando apresenta em seu processo de escolarização e para que isso aconteça é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para importante avanço. A educação inclusiva é recheada de paradigmas que por diversas vezes torna-se um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra, prejudicando a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

A inclusão trata-se de um reconhecimento e um olhar com mais profundidade a pessoas que possuem algum tipo de deficiência, uma luta incansável de uma minoria que pretende requerer seus direitos. Se há inclusão é porque houve exclusão, seja ela social educacional em todas as esferas abrangendo a totalidade do desenvolvimento do ser humano. Incluir vem do latim *includere*; que traz o entendimento de compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte e pertencer juntamente com outros em um mesmo ambiente. Entretanto entende-se que incluir não se trata de pessoas iguais, mas de assumir que a diferença faz parte do mundo, onde essa mistura se proporciona diferentes construções de conhecimento.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (Facion, 2008, p. 55).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento fundamental que estabelece os direitos básicos e universais a que todos os seres humanos têm direito, independentemente de sua nacionalidade, etnia, religião, sexo, orientação sexual, ou qualquer outra condição. Elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e adotada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração reflete os ideais de justiça, liberdade e dignidade humana que são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

No contexto brasileiro, o país é um dos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comprometendo-se a respeitar, promover e proteger os direitos humanos em seu território. Isso inclui ações para combater a discriminação, garantir a igualdade perante a lei, promover a liberdade de expressão, assegurar condições de vida dignas e proteger indivíduos contra abusos e violações de seus direitos fundamentais.

A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos marca um importante marco na história internacional, representando um compromisso global com os princípios de dignidade humana, igualdade e justiça. Ao longo das décadas, tem servido como um guia para os países na formulação de políticas e legislações que visam proteger e promover os direitos de todos os seus cidadãos.

Para que haja uma eficiência no processo de inclusão, há uma necessidade de mudanças de práticas escolares, assim assegurando direito de todos no acesso à educação de qualidade, tendo em mente que ao estar no ambiente escolar o aluno se apropria deste conhecimento.

Rosseto (2005, p. 42) nos diz que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a

escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Vivenciar a inclusão é primeiramente respeitar a diferença, dando o valor devido ao outro tendo uma mentalidade de crescimento intelectual. Pois a diversidade traz contribuições consideráveis para uma pessoa, cidade, comunidade e um mundo que muitas vezes se mostra seletivo, assim dando valor a uma normalidade evasiva.

Segundo Mantoan (2003) “Inclusão trata-se de um acontecimento prazeroso de convivência com o diferente”, ou seja, é a nossa capacidade de entender, respeitar e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar e aprender o brilho da diversidade com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todos, sem exceção. E para todos com variadas deficiências, tais como deficiência física, mental, para os seletos superdotados, para essas minorias que lutam pelos seus direitos e para as crianças que são discriminadas por quaisquer outros motivos.

A comunidade de forma geral prega o respeito ao outro, mas em sua característica tem incumbido em sua essência uma normalidade, esse é um grande valor estabelecido por esta, que em muitos momentos permanece relutante. Pessoas que possuem alguma deficiência não podem ser consideradas anormais, pois este pensamento se torna e promove a exclusão.

Para Lima (2006, p.61), a normalidade mostra-se por sua sincronicidade histórica, regional, social abrangendo esferas mundiais. Entende-se por interesses e por atos excludentes. Considerar-se normal é assumir a existência de outros, cujas qualidades diferem do que se tem como uma normalidade, ao fazer isso, promove a exclusão dos atributos que não partilham, ou apenas não são considerados suficientemente capazes de partilhar.

Esta tem sua fundamentação na diversidade, pois essa tem tentando transmitir um pensamento de respeito à diferença entre todos os indivíduos. Partindo desta perspectiva temos um grande paradigma quando nos reportamos a inclusão escolar, sobre este podemos tecer inúmeros questionamentos, pois este ambiente que é tão heterogêneo tem em seu entendimento o aluno ideal e não o real.

Com a Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001 que instituiu com maestria as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, então a partir deste documento houve um grande divisor de águas que trouxe os seguintes aspectos: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos, assim assegurando o direito que são previstos em lei.

A educação inclusiva em sua jornada caminhou muito, e teve avanços significativos em inúmeras esferas se tratando do processo educacional. No Brasil temos em sua maioria instituições de ensino que prezam por uma educação excludente, segregativo e conserva assim contribuindo para que este seja repleto de dificuldades levando os sujeitos da aprendizagem a possuírem uma educação diferenciada e não igualitária, partindo desde a

base no ensino fundamental até chegar às unidades superiores. Já alguns anos a inclusão educacional vem causando incertezas e dúvidas aos profissionais da área da educação, criando em muitos momentos rótulos preconceitos a serem vencidos pelos incansáveis educadores que acreditam no processo e não medem esforços para que o mesmo avance pouco, mais avance.

Para estes o caminho da inclusão no país não é fácil, pois este tem que ser aberto todos os dias e são repletos de indagações colocando em cheque, pelo que foi conquistado nos dias atuais, o caminho da inclusão tem sua solidificação na diversidade, tendo muitas vezes estabelecido pela sociedade um padrão correto para o ser humano.

Pierucci (1999), afirma que não há como dizer que somos iguais, pois já reconhecemos que somos diferentes de fato, a novidade está em querermos ser e lutar para também ser diferente de direito. É necessário que o processo educacional passe por uma transformação, para poder se desprender de teorias educacionais, que em muitas vezes tem um olhar focado em resultados, deixando de lado o espaço educativo que cada sujeito da aprendizagem necessita preencher.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34)

Transformar a escola implica em criar um ambiente educativo onde todos os alunos possam participar ativamente, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. Isso significa focar nas dificuldades que podem surgir no processo de construção desse ambiente escolar inclusivo, em vez de atribuí-las às características particulares dos alunos. Essa abordagem destaca a importância de adaptar a estrutura física, os recursos pedagógicos, as práticas de ensino e a cultura escolar de forma a atender à diversidade de necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos.

Em vez de considerar as diferenças individuais como obstáculos, a transformação da escola busca integrá-las de maneira que todos os alunos se sintam valorizados e capacitados a alcançar seu potencial máximo. Essencialmente, transformar a escola para a inclusão envolve não apenas mudanças estruturais e organizacionais, mas também uma mudança de mentalidade e um compromisso com a equidade educacional. Isso não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas enriquece o ambiente de aprendizagem para todos, promovendo uma cultura de respeito, cooperação e aprendizado mútuo.

As instituições de ensino tendem a trilhar um caminho que vai à contramão do processo de inclusão, pois está tendo uma influência da sociedade se posiciona como seletiva, pois este ambiente que deveria promover indistintamente uma educação para qualquer aluno com ou sem deficiência, este ainda permanece com uma postura resistente a possíveis mudanças que possibilite um avanço na educação inclusiva.

CONCLUSÃO

O seguinte trabalho apresentou questões sobre as principais dificuldades da inclusão no ambiente escolar, tratando pontos como a falta de capacitação profissional dos educadores tendo à didática e metodologia dentro de sala de aula. Também tratou sobre adequações nos prédios das instituições de ensino, assim promovendo a inclusão com devidas adaptações, tendo uma reflexão diária do sistema educacional e de avaliações em todos os âmbitos.

Através da pesquisa são notáveis as contribuições que o mesmo trouxe a essa grande discussão, pois o mesmo verificou problemas tanto no sistema educacional e na falta de capacitação dos profissionais da educação, levando-os a uma dúvida sobre como trabalhar com alunos de inclusão, mostrando em caráter urgente uma reformulação nos prédios escolares para promover de fato acessibilidade aos alunos com deficiência.

Pôde-se concluir que há uma grande necessidade de rever currículos e avaliações, entendendo que há uma diversidade no ambiente escolar, sendo assim o currículo não há possibilidade de se manter engessado.

Há uma carência dos profissionais no que diz a inclusão, pois os mesmos se encontram sem respaldo e capacitação para trabalhar com alunos com deficiência, assim visando uma qualificação profissional para os mesmos, fortalecendo o processo de inclusão que a cada dia está mais presente na sociedade.

Por fim fica claro uma adequação dos prédios das instituições educacionais, pois pelo fato de falta de adequação de mobilidade de crianças que possuem deficiência física, é papel da escola fornecer materiais e espaço físico adequado aos mesmos os quais a escola em pesquisa não apresenta estrutura adequada pois a escola estar em construção e onde estar funcionando a escola é um prédio alugado pela Prefeitura de Cametá a qual ,não há espaço para as recreações e metodologias ativas e inovadoras para que se tenha um bom ensino aprendizagem adequado aos educandos.

REFERÊNCIAS

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LIMA P. A. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna

PIERUCCI, A.F. Cildas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira.